

MATERIAIS DIDÁTICOS NO PROEJA¹

Michelle de Cássia Barros Nascimento

Aluna do Mestrado em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Lélia Cristina Silveira de Moraes

Professora Doutora e Orientadora
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

As práticas pedagógicas voltadas para qualidade do processo ensino aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA) têm como um dos pilares os materiais didáticos. Discute-se como a utilização destes materiais pode atender as particularidades desta modalidade e auxiliar os docentes no processo educativo. No presente trabalho buscaremos compreender a importância destes instrumentos para docentes e discentes e como seu critério de escolha no PROEJA deve atender as necessidades metodológicas e pedagógicas da EJA enquanto modalidade. Teremos como base estudos no campo do currículo, os trabalhos de Arroyo (2011), Rangel (2006), Ramos (2005) e Young (2011) e no campo da EJA, Freire (2011), Brasil (2000, 2007), Moura e Henrique (2012) e Santos (2011). A investigação dos materiais didáticos utilizados no PROEJA contribuirá para o repensar das práticas pedagógicas e da educação ofertadas aos sujeitos jovens e adultos, uma vez que estes instrumentos ainda ocupam um lugar importante nas atividades docentes.

Palavras-Chave: PROEJA. Materiais Didáticos. Prática Pedagógica.

Introdução

Na sociedade brasileira, o pleno exercício da cidadania está, indubitavelmente, cada vez mais atrelado ao acesso ao sistema educacional, pois este permite ao indivíduo a apropriação de saberes, reconhecimento de direitos e deveres que o possibilitarão atuar na vida social. Assim, a impossibilidade de acesso e permanência aos bancos escolares, seja por qualquer circunstância, coloca o indivíduo a margem da sociedade. (ARROYO, 2011)

É neste terreno que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) trava suas lutas, pois seu público é, primordialmente, constituído por sujeitos com trajetórias não lineares no sistema educacional, marcados pelo insucesso, evasão e, até mesmo, pelo não acesso a escola. O público da EJA é formado, em sua maioria, por pessoas negras, indígenas, mulheres, desempregados ou com subempregos, população camponesa, jovens, idosos, entre outros sujeitos que estão à margem das políticas de governo. (BRASIL, 2007).

Assim, a EJA tem buscado uma atenção cada vez maior enquanto modalidade de ensino e, acima de tudo, lutado por um lugar permanente dentro das políticas de Estado. Com as conquistas alcançadas na Constituição Federal de 1988 e na LDB nº 9394/96, fruto das lutas dos movimentos sociais e do engajamento educadoras e educadores, traçou-se o caminho para o Parecer CNE/CEB Nº11/2000 e a Resolução CNE/CEB Nº01/2000 que apresentaram à sociedade as Diretrizes

¹ Trabalho resultante de uma pesquisa ainda em andamento que culminará em uma Dissertação do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Estas diretrizes trouxeram legitimidade e propuseram um caráter político a EJA ao declararem que o jovem e adulto que uma vez foi privado do direito de ter acesso à educação ou não encontrou meios para permanecer nela é, também, privado de uma série de direitos e de exercer de forma totalitária seu papel enquanto cidadão. (BRASIL, 2000)

A relevância deste contexto e a compreensão da necessidade de uma formação crítica na EJA são aspectos fundamentais para se pensar que projeto de escola deve ser construído para atender jovens e adultos de forma significativa, na luta por sua permanência e conclusão dos estudos. Dessa forma, é fundamental que a instituição que receberá esses indivíduos construa propostas curriculares político-pedagógicas engajadas com a causa, ou seja, “a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos”. (BRASIL, 2000, p. 9)

É nesta perspectiva que foi criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) sendo promulgado pelo Decreto nº 5840/2006. A proposta de criação do PROEJA visa romper com a política de ações descontinuas que marcam fortemente a trajetória da EJA até então. As iniciativas para EJA que sempre foram encabeçadas por Empresário, Organizações não governamentais e educadoras e educadores comprometidos ganham com o PROEJA um caráter mais institucional e de política de estado ao ser assumido pelo Governo Federal. (BRASIL, 2007)

No entanto, para que tenha êxito, a efetivação do PROEJA perpassa por diversas ações, tais como: a qualificação dos professores, concepção curricular vinculada com a modalidade, produção de material didático, etc. Uma proposta curricular para PROEJA deve contemplar os conhecimentos considerados fundamentais para o jovem e adulto que retorna à escola, assim como ter seu direito à aprendizagem assegurado. Tais princípios norteadores do currículo devem contribuir para a emancipação desse público ao concebê-los como sujeitos reais e construtores do seu espaço.

Compreendendo o currículo como um processo que sistematiza visões de mundo, elenca conhecimentos e carrega intencionalidade, questiona-se: como o material didático é concebido por docentes e discentes no processo ensino-aprendizagem? ao definir um determinado material didático há critérios nesta escolha por parte dos docentes? os materiais didáticos utilizados no PROEJA atendem as necessidades metodológicas e pedagógicas da EJA enquanto modalidade de ensino?

A partir da compreensão da importância de uma metodologia diversificada para a EJA surgiu o interesse em pesquisar os materiais didáticos utilizados nos cursos do PROEJA ofertados no Instituto Federal do Maranhão – Campus São Luís Maracanã. Compreendendo que uma investigação sobre o material didático possibilita o descortinar de como o currículo é concebido e praticado em sua instância última de atuação que é a sala de aula.

Currículo e Materiais Didáticos no PROEJA

A sociedade contemporânea tem exigido um sistema educacional que seja capaz de contemplar dentro do seu currículo, de forma democrática, as diferentes realidades representadas em cada indivíduo que passam pela escola. As diferenças sociais, econômicas, culturais, além das relações étnico-raciais e de gênero requerem propostas educativas que considerem essas realidades. A valorização da diversidade cultural do aluno é necessária como um instrumento metodológico que norteie o processo de seleção dos conteúdos e de procedimentos que serão utilizados em sala de aula. (ARROYO, 2011)

Em relação à EJA, os princípios norteadores do currículo devem contribuir para a emancipação dos jovens e adultos ao concebê-los como sujeitos reais e construtores do seu espaço, que devem ter seu direito a aprendizagem garantido. Young (2013) lembra que a seleção de qual conhecimento é válido, cumpre duas funções.

É tanto uma **questão epistemológica** que define o que deve constituir o direito dos estudantes em estágios diferentes e em áreas de especialização diferentes, como uma questão de **justiça social** sobre o direito ao conhecimento por parte de todos os alunos sem se levar em consideração se o conhecimento é rejeitado ou considerado difícil. (p. 22)

No que se refere ao PROEJA é necessário se pensar um currículo que vise romper com a visão pragmática e utilitária tão fortemente arraigada na educação profissional. Ramos (2005, p. 122) ressalta que a integração curricular necessária para formação profissional de jovens e adultos “exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura”.

Para sua efetivação deve haver um comprometimento político-pedagógico dos atores envolvidos, tendo o processo formativo dos docentes um caráter relevante, pois permite a estes indivíduos a apropriação dos fundamentos filosóficos e pedagógicos do programa. Impedindo, assim, que o PROEJA se torne apenas um programa que oferta cursos “aligeirados” de educação profissional. (SANTOS, 2011)

Para tanto, é necessário compreender como ocorre o processo de seleção e organização do conhecimento trabalhado no PROEJA. Tal investigação não se limita apenas a mera relação

professor-aluno, mas perpassa pelos demais elementos do processo ensino aprendizagem, entre eles o material didático adotado. Rangel (2006) define material didático como qualquer instrumento que se utilize para fins de ensino e aprendizagem. O autor atribui quatro funções ao material didático para que este cumpra seu papel no processo educativo sendo elas: orientar uma interação adequada entre professor e alunos em torno do objeto (conhecimento) a ser assimilado; favorecer uma interlocução pedagógica eficaz; promover uma aproximação adequada entre o aprendiz e o objeto (conhecimento); e operacionalizar uma transposição didática que permita aos sujeitos uma representação possível baseado nos saberes socialmente aceitos.

A necessidade da utilização e a forma de construção dos materiais didáticos no processo ensino aprendizagem são indicadas pelo Documento Base do PROEJA, que os qualifica como materiais educativos.

Entende-se por materiais educativos todos os recursos de apoio à mediação pedagógica [...] O material poderá ser desenvolvido sob a responsabilidade das instituições proponentes e parceiras, envolvendo alunos e professores participantes dos projetos, considerando a realidade local e projeto político pedagógico. (BRASIL, 2007, p. 61)

Moura e Henrique (2012) pesquisando os diversos desafios na execução do PROEJA apontam entre outros elementos, o material didático como uma lacuna “no pensar e no fazer pedagógico” dos profissionais que atuam no programa. Os materiais didáticos utilizados no PROEJA devem considerar a integração entre a educação básica e o técnico de nível médio da esfera da educação profissional, além de exercer uma função formadora para além da mera instrumentalização.

Estes autores apontam, ainda, em suas investigações que os materiais didáticos construídos para o PROEJA destoam do proposto pelo programa e pela modalidade EJA, uma vez que

o material específico da EJA desconsidera as especificidades e diversidades desse público, entre as quais podem-se citar a faixa etária, os diversos níveis de maturidade intelectual, de experiência de vida e de domínio no uso dos recursos linguísticos. Em muitos desses materiais, o coletivo da EJA é tratado como uma criança grande, o que revela desconhecimento por parte dos profissionais que elaboram esse material de como aprende o adulto quando se encontra em situação escolar. (Ibid, p. 12)

No entanto o que se propõe é que o material didático utilizado no PROEJA contribua para a superação dos diversos desafios apresentados numa educação que visa integrar o ensino médio, a educação profissional e educação de jovens e adultos na mesma esfera. Sem dúvida a integração com a educação profissional torna a escolha do material didático muito mais complexa. Não se pode perder de vista que o PROEJA atende uma modalidade de ensino que tem suas características e que o material didático também deve estar em sintonia com essas particularidades.

Revisitar as bases da educação popular, sobretudo a visão de educação proposta por Paulo Freire contribui sobremaneira para que os agentes envolvidos assumam um papel edificador e emancipatório numa formação profissional vinculada à formação de uma consciência política do público do PROEJA. Para Freire (2011, p. 22) a educação deve cumprir seu papel político, pois “lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização”.

A compreensão que a EJA tem suas raízes na Educação Popular e que o PROEJA permite maiores possibilidade no mundo do trabalho para estes sujeitos ao integrar a escolarização regular com a educação profissional estabelece novas possibilidades para melhoria da educação oferecida a jovens e adultos.

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras. [...] Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. (Ibid., p.21)

Ao selecionar os materiais didáticos de forma comprometida e consciente se oportuniza a este público reflexões críticas e uma formação “para além do capital”, assumindo-se um compromisso com a transformação dessa sociedade tão desigual em que vivemos. Respeitar a realidade do público do PROEJA, selecionar materiais didáticos que sejam facilitadores do processo ensino aprendizagem, permitindo que estes sujeitos elaborem e reelaborem conhecimento é fundamental.

Conclusão

É fundamental a permanente luta por políticas de Estado verdadeiramente comprometidas com os jovens e adultos, em sua maioria trabalhadores, sujeitos de diferentes faixas etárias e histórias de vidas bem diversificadas que por diversos motivos abandonaram a escola “regular”. A formação oferecida pelo PROEJA se propõem a discutir e desconstruir a visão mercadológica e de preparação de mão de obra a serviço do capital que permeia a formação do trabalhador. No entanto, a concepção de currículo, material didático, formação de professores que atuam nessa modalidade de ensino ainda refletem o descaso que foi historicamente apresentado ao público da EJA.

Um currículo comprometido com o PROEJA deve romper com a visão pragmática e utilitária tão fortemente arraigada na educação profissional. Ao selecionar os materiais didáticos de forma comprometida e consciente se oportuniza a este público uma formação reflexiva que os

permitira atuar na sociedade forma emancipada. Assim, docentes e discentes terão a oportunidade de refletir e construir visões que ao se transformarem em dados possam contribuir com o (re)pensar da função do material didático no processo ensino-aprendizagem do PROEJA.

Referências

- ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. – Petrópolis. RJ: Vozes, 2011.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CNE/CBE nº 11/2000 e Resolução CNE/CBE nº 1/2000. Conselho Nacional de Educação. Brasília: MEC, maio 2000.
- _____. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA** – Documento Base. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: agosto/2007.
- FREIRE, Paulo. Educação de Adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Org.) **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- MOURA, Dante. H.; HENRIQUE, A.L.S. **PROEJA: entre desafios e possibilidades**. Revista Holos. Ano 28. Vol. 2. 2012. p. 114-129 Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914/536> Acesso em: 10 de agosto de 2016.
- RANGEL, Egon de Oliveira. Material Adequado, escolha qualificada, uso crítico. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de.; MENDONÇA, Rosa Helena (Orgs.). **Práticas de Leitura e Escrita** - Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 102-107
- RAMOS, Marize Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS; Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Simone Valdete dos. **Educação Profissional & Educação de Jovens e Adultos: o PROEJA**. Revista de Educação, Ciência e Cultura. v. 16, n. 1, jan./jun. 2011. p. 11-18
- YOUNG, Michael. A superação da crise em estudos curriculares: uma abordagem baseada no conhecimento. In: FAVACHO, André M. P.; PACHECO, José Augusto; SALES, Shirlei Rezende. **Currículo, conhecimento e avaliação: divergências e tensões**. 1 ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013. p. 11-29